Energias Eólicas do Ceará S.A.

Demonstrações Contábeis
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Dona Francisca, 260 - sala 1.504
89201-250 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Energias Eólicas do Ceará S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energias Eólicas do Ceará S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Energias Eólicas do Ceará S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 26 de abril de 2019

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

CNPJ Nº 09.265.531/0001-80
NIRE Nº 42 3 0004186-6
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC – 88025-255

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Energias Eólicas do Ceará S.A. ("EEC" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma *holding* responsável pela exploração de quatro projetos eólicos no Estado do Ceará (CE): Central Eólica Estrela (Estrela), Central Eólica Cacimbas (Cacimbas), Central Eólica Santa Mônica – (Santa Monica) e Central Eólica Ouro Verde (Ouro Verde), que fazem parte do Conjunto Eólico Trairi (CETR) e que juntas apresentam potência instalada total de 97,2MW e garantia física de 47,4MWm.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da EEC pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. (ECP), uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (EBE). Sediada em Florianópolis, a EBE é uma grande provedora de soluções em energia, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização e transmissão de energia elétrica. No segmento de geração, implanta e opera empreendimentos de fontes convencionais, como hidrelétricas, termelétricas e usinas complementares — pequenas centrais hidrelétricas e usinas eólicas, a biomassa e fotovoltaicas – sendo a maior geradora privada de energia do país.

3. Ambiente Macroeconômico

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro avançou 1,1% em 2018, a inflação ficou em 3,75% no ano e a taxa básica de juros (SELIC) chega ao fim de 2018 em 6,5% a.a., seu menor patamar histórico.

4. Desempenho Operacional

a) Central Eólica Estrela

Em 2018, a geração total bruta de Estrela alcançou 89,6 GWh. A Central passou a operar integralmente em março de 2017, não sendo apropriado, portanto, comparação entre os períodos (a geração total bruta de 2017 foi de 76,9 GWh).

O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 86,0%, 4,1 p.p. superior à obtida em 2017, que foi de 81,9%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global no ano foi de 82,5%, 3,6 p.p. superior à obtida em 2017, de 78,9%.

b) Central Eólica Cacimbas

Em 2018, a geração total bruta de Cacimbas alcançou 77,1 GWh, superior em 53,0% a geração verificada em 2017, que foi de 50,4 GWh.

O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 95,1%, 26,8 p.p. superior ao verificado em 2017, que foi de 68,4%. Quando consideradas

todas as paradas, a disponibilidade global em 2018 foi de 94,2%, 32,8 p.p acima da registrada em 2017, que foi de 61,4%.

c) Central Eólica Santa Mônica

Em 2018, a geração total bruta de Santa Monica alcançou 69,6 GWh, superior em 1,3% a geração verificada em 2017, que foi de 68,7 GWh.

O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano foi de 91,2%, 2,6 p.p. superior ao verificado em 2017, que foi de 88,6%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2018 foi de 90,2%, 11,7 p.p acima da registrada em 2017, que foi de 78,5%.

d) Central Eólica Ouro Verde

Em 2018, a geração total bruta de Ouro Verde alcançou 96,5 GWh. A Central passou a operar integralmente em abril de 2017, não sendo apropriado, portanto, comparação entre os períodos (a geração total bruta de 2017 foi de 55,8 GWh).

O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano foi de 94,1% 28,2 p.p. superior à obtida em 2017, que foi de 65,9%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global no ano foi de 92,3% 34,2 p.p. superior à obtida em 2017, de 58,2%.

5. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2018.

6. Agradecimentos

A Administração da EEC agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2018.

A Administração

ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.

CNPJ nº 09.265.531/0001-80 | NIRE nº 42 3 0004186-6

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.107	1.056	24.190	48.356
Contas a receber de clientes	5	-	-	19.372	10.824
Dividendos a receber de controladas		4.491	1.351	-	-
Créditos fiscais a recuperar	6	-	-	2.000	6.759
Outros ativos circulantes	7	12	95	11.022	539
		5.610	**2.502**	**56.584**	**66.478**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Créditos fiscais a recuperar		-	-	2.232	3.409
Depósitos vinculados	8	-	-	13.211	12.301
		-	**-**	**15.443**	**15.710**
Investimentos	9	**221.781**	**261.362**	**-**	**-**
Imobilizado	10	**-**	**-**	**458.236**	**476.292**
Intangível		**-**	**-**	**7.625**	**7.919**
		221.781	**261.362**	**481.304**	**499.921**
TOTAL		**227.391**	**263.864**	**537.888**	**566.399**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.

CNPJ nº 09.265.531/0001-80 | NIRE nº 42 3 0004186-6

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	12	2	43	3.652	8.284
Dividendos		4.511	1.362	4.511	1.362
Financiamentos	13	-	-	22.055	20.013
Outros passivos circulantes		3	2	1.936	1.122
		4.516	**1.407**	**32.154**	**30.781**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos	13	-	-	282.859	273.161
		-	**-**	**282.859**	**273.161**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14				
Capital social		179.902	249.485	179.902	249.485
Reservas de lucros		42.973	12.972	42.973	12.972
		222.875	**262.457**	**222.875**	**262.457**
		222.875	**262.457**	**222.875**	**262.457**
TOTAL		**227.391**	**263.864**	**537.888**	**566.399**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.

CNPJ nº 09.265.531/0001-80 | NIRE nº 42 3 0004186-6

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	-	-	115.434	93.951
Custos da energia vendida					
Energia elétrica comparada para revenda		-	-	(15.531)	(33.837)
Transações no mercado de energia de curto prazo		-	-	(4.040)	(3.746)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão		-	-	(2.546)	(2.458)
Depreciação e amortização				(19.336)	(21.883)
Serviços de terceiros				(7.359)	(5.124)
Outros		-	-	(5.102)	(2.552)
		-	-	(53.914)	(69.600)
LUCRO BRUTO		-	-	61.520	24.351
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(23)	(28)	(562)	(540)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	-	4	836
		(23)	(28)	(558)	296
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	9	33.374	15.042	-	-
Amortização de ágio	9	(233)	(204)	-	-
		33.141	14.838	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		33.118	14.810	60.962	24.647
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		62	68	2.158	11.746
Despesas financeiras		(14)	(30)	(27.762)	(20.318)
		48	38	(25.604)	(8.572)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		33.166	14.848	35.358	16.075
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	16	(15)	(16)	(2.207)	(1.243)
Diferido		-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		33.151	14.832	33.151	14.832

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	33.151	14.832	33.151	14.832
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	33.151	14.832	33.151	14.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.

CNPJ nº 09.265.531/0001-80 | NIRE nº 42 3 0004186-6

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

		RESERVAS DE LUCROS			
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 01.01.2017	**391.500**	**-**	**-**	**(498)**	**391.002**
Aumento de capital	7.985	-	-	-	7.985
Redução de capital	(150.000)	-	-	-	(150.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.832	14.832
Destinação proposta à AGO:					
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.362)	(1.362)
Reserva legal		716		(716)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	12.256	(12.256)	-
SALDOS EM 31.12.2017	**249.485**	**716**	**12.256**	**-**	**262.457**
Redução de capital	(69.583)	-	-	-	(69.583)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	33.151	33.151
Destinação proposta à AGO:					
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(3.150)	(3.150)
Reserva legal	-	1.658		(1.658)	
Reserva de retenção de lucros	-	-	28.343	(28.343)	-
SALDOS EM 31.12.2018	**179.902**	**2.374**	**40.599**	**-**	**222.875**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.

CNPJ nº 09.265.531/0001-80 | NIRE nº 42 3 0004186-6

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	33.166	14.848	35.358	16.075
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:				
Resultado de participações societárias	(33.141)	(14.838)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	19.336	21.883
Juros e variação monetária	-	-	27.599	19.516
Outros	-	1	(811)	(445)
Lucro antes dos tributos ajustado	**25**	**11**	**81.482**	**57.029**
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(8.369)	(6.927)
Créditos fiscais a recuperar		(12)	4.973	(2.606)
Outros ativos	74	408	(9.705)	(1.860)
(Redução) aumento nos passivos				
Fornecedores	(40)	(195)	(3.573)	1.960
Outros passivos	-	(33)	521	(36)
Caixa gerado pelas operações	**59**	**179**	**65.329**	**47.560**
Pagamento de juros sobre financiamentos	-	-	(25.027)	(12.042)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(8)	(4)	(1.712)	(1.913)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**51**	**175**	**38.590**	**33.605**
Atividades de investimento				
Aumento de capital em controladas	-	(7.935)	-	-
Redução de capital em controladas	69.583	150.000	-	-
Recebimento de partes relacionadas	-	-	-	7.915
Aplicação no imobilizado	-	-	(2.072)	(105.406)
Aplicação no intangível	-	-	(59)	(4)
Caixa líquido das atividades de investimento	**69.583**	**142.065**	**(2.131)**	**(97.495)**
Atividades de financiamento				
Aumento de capital	-	7.985	-	7.985
Redução de capital	(69.583)	(150.000)	(69.583)	(150.000)
Financiamentos obtidos	-	-	30.038	295.319
Financiamentos pagos	-	-	(20.870)	(9.620)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	(210)	(11.892)
Pagamento de partes relacionadas	-	-	-	(22.742)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(69.583)**	**(142.015)**	**(60.625)**	**109.050**

Continua na próxima página

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**51**	**225**	**(24.166)**	**45.160**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	1.056	831	48.356	3.196
Saldo final	1.107	1.056	24.190	48.356
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**51**	**225**	**(24.166)**	**45.160**
Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa				
Compensação de imposto de renda e contribuição social	-	12	333	(536)
Fornecedores de imobilizado e intangível	-	-	1.128	(10.405)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.

CNPJ nº 09.265.531/0001-80 | NIRE nº 42 3 0004186-6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Energias Eólicas do Ceará S.A. ("EEC" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 13.12.2007, com prazo de duração indeterminado, e tem como objeto social a participação em outras sociedades, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios; construir, operar e manter unidades de geração de energia elétrica e negociar títulos ou instrumentos advindos de benefícios ambientais resultantes de atividades de geração de energia elétrica, sendo que os mencionados atos só poderão ser praticados visando a implantação e operação das centrais geradoras eólicas vinculadas a suas empresas controladas, sendo vedada a aquisição de quaisquer valores mobiliários, inclusive a participação em outras sociedades, que não sejam as empresas detentoras das outorgas das centrais geradoras eólicas vinculadas Conjunto Eólico Trairi.

As eólicas controladas pela EEC são partes dos consórcios Trairí e Faísa-Trairí. As Centrais Eólicas Cacimbas e Santa Mônica possuem participações de 8,89% no Consórcio Trairí e de 4,44% no Faísa Trairí. Já as Centrais Eólicas Ouro Verde e Estrela possuem participação de 13,97% no Consórcio Trairí e de 6,98% no Faísa-Trairí. Os ativos, os passivos, as receitas e as despesas desses consórcios são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da consorciada, com base nas respectivas participações nos consórcios.

O Consórcio Trairí construiu a subestação Trairí e as linhas de conexão das usinas à esta subestação. Já o Consórcio Faísa-Trairí foi o responsável pela construção das linhas de transmissão à subestação Pecém (CE).

A Companhia não tem empregados e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 26.04.2019.

Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam informações da controladora EEC e de suas controladas, cujas práticas contábeis estão consistentes. A EEC detém 99,99% de participação no capital social das seguintes Companhias de propósito específico: Central Eólica Santa Mônica SPE S.A.; Central Eólica Cacimbas S.A.; Central Eólica Estrela S.A. e Central Eólica Ouro Verde S.A.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Investimentos

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens.

d) Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente resultante de evento passado, para a qual seja provável uma saída de recursos para a sua liquidação e que essa obrigação possa ser razoavelmente estimada. A atualização da provisão ao longo do tempo é reconhecida como despesa financeira.

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

f) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; e (ii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

g) Transações entre partes relacionadas

As transações de compra e de venda de energia, de prestação de serviços e de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

h) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente. pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

j) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação nos Consórcios Trairí e Faísa-Trairi são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis de suas empresas controladas, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição de vida útil do ativo imobilizado.

l) Novas normas, alterações e interpretações

Os seguintes pronunciamentos, vigentes a partir de 01.01.2018, não tiveram nenhum efeito importante sobre as transações realizadas pela Companhia em períodos anteriores ou posteriores ao início de sua vigência: (i) CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15); (ii) CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9); (iii) ICPC 21 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento (IFRIC 22); (iv) Alterações no CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações (IFRS 2); (v) Alterações no CPC 11 – Contratos de seguro (IFRS 4); (vi) Alterações no CPC 28 – Propriedades para investimento (IAS 40); (vii) Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); e Revisão anual do CPC n° 12/2017 (IASB ciclo 2014-2016).

m) Novas normas, alterações e interpretações com vigência a partir de 01.01.2019

A partir de 01.01.2019, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia: (i) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16); (ii) Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); (iii) Alterações no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (IAS 19); (iv) Alterações no CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9); (v) ICPC 22 – Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (IFRIC 23); e (vi) Revisão anual do CPC n° 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A Companhia procedeu à uma avaliação sobre a aplicação dessas novas normas e alterações e, exceto pelas alterações no CPC 06, não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis pela adoção dos novos requerimentos.

Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16)

Essas alterações introduzem exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A nova norma estabelece que os arrendatários devem reconhecer o passivo decorrente dos pagamentos futuros dos contratos de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo arrendado.

A definição de arrendamento abrange todos os contratos que conferem direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços.

A Companhia realizou a análise de seus contratos e até o presente momento identificou como escopo da norma os contratos de arredamentos das áreas onde estão instalados os parques eólicos. Quando da aplicação da norma, a partir de 01.01.2019, tais contratos de arrendamento serão reconhecidos como um direito de uso do ativo em contrapartida de um passivo financeiro.

A Companhia aplicará a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos do ano anterior à primeira adoção.

Os ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamentos no momento da adoção, líquidos dos pagamentos antecipados realizados.

Como resultado da adoção das novas regras, a Companhia espera reconhecer ativos de direito de uso em suas controladas, de aproximadamente, R$ 12.441, em 01.01.2019, em contrapartida dos passivos de arrendamento.

A apuração desses valores considerou a utilização de julgamentos e estimativas, tais como a definição das taxas de desconto e outros aspectos que necessitam de uma avaliação minuciosa para que possamos atribuir os valores de mensuração.

A Companhia entende que a adoção do CPC 06 (R2) não afetará sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) descritos na Nota 13 – Financiamentos, caso as mencionadas obrigações passem a ser incluídas nos cálculos dos *covenants*.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e depósitos bancários à vista	107	45	1.256	793
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	1.000	1.011	22.934	47.563
	1.107	**1.056**	**24.190**	**48.356**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC")	10.417	3.358
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE")[1]	8.955	7.466
	19.372	**10.824**

Os valores faturados mensalmente à CCEE são recebidos em parcelas iguais em 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento. Em 31.12.2018, R$ 8.171 correspondem a títulos vencidos, em média, há 60 dias, para os quais a Companhia aguarda um desfecho para um acordo setorial e o recebimento do valor integral, motivo pelo qual não foi constituída provisão para perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Já os valores a receber da EBC, faturados mensalmente, são recebidos em uma única parcela em 10 dias após o mês de competência do faturamento.

[1] Referem-se aos valores vincendos a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), decorrentes da venda de energia no âmbito do leilão de reserva.

NOTA 6 – CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Imposto de renda	2.671	2.685
Contribuição social	617	2.796
Pis e Cofins	944	4.687
	4.232	**10.168**
Classificação no balanço patrimonial		
Ativo circulante	2.000	6.759
Ativo não circulante	2.232	3.409
	4.232	**10.168**

NOTA 7 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
GE Energias renováveis	-	-	10.105	-
Prêmio de seguros	-	-	357	292
Outros	12	95	560	247
	12	**95**	**11.022**	**539**

O saldo de R$10.105 decorre da aplicação de penalidades à GE Energias Renováveis Ltda. pelo atraso da conclusão das usinas do Conjunto Eólico Trairí.

NOTA 8 – DEPÓSITOS VINCULADOS

Referem-se aos valores aplicados pela Companhia e suas controladas em conta reserva para garantir o pagamento dos serviços da dívida, em cumprimento às exigências contidas no contrato de financiamento das controladas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

NOTA 9 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência Patrimonial	215.665	255.016
Mais valia na aquisição de investimentos	6.116	6.346
	221.781	**261.362**

b) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

b.1) Movimentação dos investimentos

	Ouro Verde	Santa Mônica	Cacimbas	Estrela	Total
Saldos em 01.01.2017	**102.692**	**81.256**	**75.388**	**123.950**	**383.286**
Aumento de capital	3.465	-	2.200	2.270	7.935
Redução de capital	(24.036)	(41.787)	(37.399)	(46.778)	(150.000)
Dividendos	-	(574)	(153)	(520)	(1.247)
Equivalência patrimonial	471	6.040	1.945	6.586	15.042
Saldos em 31.12.2017	**82.592**	**44.935**	**41.981**	**85.508**	**255.016**
Redução de capital	(22.492)	(9.372)	(5.789)	(31.930)	(69.583)
Dividendos	(711)	(648)	(885)	(898)	(3.142)
Equivalência patrimonial	7.800	6.814	9.309	9.451	33.374
Saldos em 31.12.2018	**67.189**	**41.729**	**44.616**	**62.131**	**215.665**

A redução no capital de suas controladas ocorreu mediante aprovação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) e decorreu da liberação pelo BNDES do financiamento para a construção do parque eólico da Companhia, o que fora financiada com capital próprio até a referida liberação de recursos.

b.2) Informações financeiras das controladas

Base 31.12.2018	Ouro Verde	Santa Mônica	Cacimbas	Estrela
Ativo total	161.805	99.992	104.138	164.712
Passivo	94.616	58.263	59.522	102.581
Patrimônio Líquido	67.189	41.729	44.616	62.131
Lucro líquido do exercício	7.800	6.814	9.309	9.451

c) Mais valia na aquisição de investimentos

A mais valia paga nas aquisições das controladas decorreram do valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos adquiridos na combinação de negócios.

Estes ativos estão sendo amortizados nos prazos de autorizações das usinas, visto que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições desses investimentos ocorrerão ao longo do prazo de autorização.

d) Autorizações do órgão regulador

	Capacidade				
Parque eólico	Instalada (MW)	Comercial (MW médios)	Resolução Autorizativa	Data da Autorização	Vencimento
Ouro Verde	29,7	13,2	5.023	23.01.2015	23.01.2045
Santa Mônica	18,9	10,0	5.022	26.01.2015	26.01.2045
Cacimbas	18,9	10,2	5.040	05.02.2015	05.02.2045
Estrela	29,7	14,0	5.041	05.02.2015	05.02.2045
	97,2	**47,4**			

NOTA 10 – IMOBILIZADO

a) Composição

		Consolidado			
		31.12.2018			31.12.2017
	Taxa média de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Terrenos	-	700	-	700	700
Edificações e benfeitorias	3,37%	17.809	(1.188)	16.621	17.225
Máquinas e equipamentos	3,83%	482.492	(43.355)	439.137	457.577
Móveis e utensílios	6,30%	15	(2)	13	14
		501.016	**(44.545)**	**456.471**	**475.516**
Em curso					
Edificações e benfeitorias		160	-	160	-
Máquinas e equipamentos		1.535	-	1.535	111
Terrenos		-	-	-	665
Outros		70	-	70	-
		1.765	**-**	**1.765**	**776**
		502.781	**(44.545)**	**458.236**	**476.292**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Consolidado					
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 01.01.2017	**-**	**5.800**	**141.181**	**15**	**255.962**	**402.958**
Ingressos	-	-	-	-	95.002	95.002
Transferências	700	11.933	337.555	-	(350.188)	-
Depreciação	-	(508)	(21.159)	(1)	-	(21.668)
Saldos em 31.12.2017	**700**	**17.225**	**457.577**	**14**	**776**	**476.292**
Ingressos	-	-	63	-	921	984
Transferências	-	(11)	(57)	-	68	-
Baixas	-	-	(1)	-	-	(1)
Depreciação	-	(593)	(18.445)	(1)	-	(19.039)
Saldos em 31.12.2018	**-**	**16.621**	**439.137**	**13**	**1.765**	**458.236**

NOTA 11 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Energia elétrica comprada	-	-	-	3.553
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	235	229
Fornecedores de materiais e serviços	2	43	1.382	1.399
Fornecedores de imobilizado	-	-	2.035	3.103
	2	**43**	**3.652**	**8.284**

NOTA 12 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade da Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e a índices flutuantes relacionados às variações da TJLP.

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Brasil Energia Comercializadora, controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito.

Nas operações de aplicação no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

NOTA 13 – FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Consolidado					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES						
Principal	21.100	282.859	303.959	20.013	273.161	293.174
Encargos	955	-	955	-	-	-
	22.055	**282.859**	**304.914**	**20.013**	**273.161**	**293.174**

b) Mutação

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01.01.2017	**-**	**-**	**-**
Juros	17.508	2.009	19.517
Ingressos	15.660	279.659	295.319
Transferências	8.507	(8.507)	-
Amortização do principal	(9.620)	-	(9.620)
Pagamento dos juros	(12.042)	-	(12.042)
Saldos em 31.12.2017	**20.013**	**273.161**	**293.174**
Juros	25.601	1.998	27.599
Ingressos	2.044	27.994	30.038
Transferências	20.294	(20.294)	-
Amortização do principal	(20.870)	-	(20.870)
Pagamento dos juros	(25.027)	-	(25.027)
Saldos em 31.12.2018	**22.055**	**282.859**	**304.914**

c) Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Consolidado
2020	21.084
2021	21.084
2022	21.084
2023	21.084
2024	21.084
2025 a 2033	177.439
	282.859

d) Condições contratadas

Juros:	TJLP + 2,18% a.a. (a parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporada ao principal).
Amortização:	Mensal até o vencimento do contrato, em julho de 2033.

e) Garantias

As garantias são as seguintes: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (c) recebíveis e conta reserva do serviço da dívida.

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

O *covenant* (Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,2) está sendo integralmente atingido pela Companhia.

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2018 é de R$ 179.903 (R$ 249.485 em 31.12.2017), totalmente subscrito e integralizado, representado por 179.902.982 quotas no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, sendo que 179.902.981 são de propriedade da controladora ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. e 1 pertence à ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reservas de lucros

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 10% do lucro líquido ajustado.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva foi constituída para fazer frente aos compromissos financeiros futuros da Companhia e em atendimento às exigências dos contratos de financiamentos das controladas firmados com o BNDES, que limita a distribuição e pagamento de dividendos ao cumprimento de requisitos específicos.

d) Redução de capital social

A Companhia reduziu seu capital no montante de R$ 69.582 durante o exercício de 2018, mediante aprovação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), com a extinção de 69.582.041 ações ordinárias, todas de titularidade da ECP. Tal redução decorreu da liberação pelo BNDES do financiamento para a construção do parque eólico da Companhia, o que fora financiada com capital próprio até a referida liberação de recursos.

NOTA 15 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento e fornecimento de energia elétrica	105.198	75.347
Transações no mercado de curto prazo	11.898	28.180
Outras receitas[2]	10.103	-
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(11.765)	(9.576)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**115.434**	**93.951**

[2] Multas contratuais por indisponibilidade nas usinas do Conjunto Eólico Trairi.

NOTA 16 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Consolidado			
	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**35.358**	**35.358**	**16.075**	**16.075**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(8.840)**	**(3.182)**	**(4.019)**	**(1.447)**
Diferenças permanentes				
Depreciação acelerada incentivada	6.939	2.498	4.943	1.779
Prejuízo fiscal	378	136	(1.876)	(675)
Outros	(79)	(57)	53	(1)
	(1.602)	**(605)**	**(899)**	**(344)**
Composição dos tributos no resultado				
Corrente	(1.602)	(605)	(899)	(344)
	(1.602)	**(605)**	**(899)**	**(344)**

NOTA 17 – COMPROMISSO DE LONGO PRAZO

A Companhia possui estes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de arrendamento

As controladas da EEC mantêm contratos de arrendamento das áreas onde estão localizados os parques eólicos, com vigência até janeiro de 2047 para Cacimbas, abril de 2045 para Santa Mônica, e março de 2042 para Ouro Verde e Estrela, com possibilidade de renovação de acordo com a vontade das partes envolvidas. O valor dos contratos corresponde a um percentual sobre a receita das controladas.

b) Contrato de operação e manutenção

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção da Usina com a GE Energias Renováveis Ltda., vigente até 30.04.2027. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

c) Contrato de uso do sistema de transmissão

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de transmissão com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com vigência até a data de extinção da autorização da unidade geradora da Companhia ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

d) Contrato de venda de energia

Em agosto de 2015, o Conjunto Eólico Trairi comercializou 46,0 MW no Leilão de Geração promovido pela Aneel, ao preço médio de venda de R$ 188,45/MWh, pelo prazo de 20 anos. O início do suprimento da energia negociada no leilão ocorreu em 01.01.2018.

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2018, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

NOTA 19 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Redução de capital social de controladas

Em 25.01.2019, foi aprovada em AGE a redução do capital social das controladas Centrais Eólicas Cacimbas, Ouro Verde e Santa Mônica, nos montantes de R$ 5.743, R$ 3.000 e R$ 1.288, respectivamente, com a extinção de 10.031.177 ações ordinárias, todas de titularidade da ECP.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2018, da ENERGIAS EÓLICAS DO CEARÁ S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo e Financeiro

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Daniela Justin Gonçalves Duarte
CRC SC-025631/O-7